

Falta de direitos, fábrica de violências e inseguranças

Joao Luiz Duboc Pinaud

O livro Segurança Pública, Direitos Humanos e Violência projetado e coordenado pelo Professor Rafael Torres, seleciona e sistematiza tópicos críticos e densos. Entrevistas correlacionadas oferecem conjunto eficaz. O elenco reúne vozes com timbres diferentes de uma nazi-fascismo – hoje hegemônico - que, embora não haja na 2ª grande guerra, destruído militarmente a humanidade, ainda nos oprime em trevas de fel e enxofre. Assim nos aproxima de Cecília Coimbra, psicóloga e ativista social, estruturadora integrante do Grupo Tortura Nunca Mais (**GTNM-RJ**), inseparável ela própria da concreção de Direitos Humanos no Brasil.¹; Chico Alencar, historiador e parlamentar diferenciado pela conduta ética; Ignácio Cano, sociólogo e professor comprometido com o avançar da cidadania; Joao Tancredo que, pela conscientemente arriscada e sofrida defesa da população periférica oprimida (descortinou recente chacina de 19 pobres no *Complexo do Alemão*²; o jornalista Jose Arbex Jr. (sua rara biografia, marcada de riscos e lutas emancipatórias , mereceria premiação especial para jornalistas que, cobrindo guerras tornam-se mediadores da paz; Leonardo Sakamoto que, em razão dos trabalhos pela independência de Timor Leste, a favor da paz durante a guerra civil angolana ³ Por suas múltiplas lutas⁴, pode ser definido como professor de vida; a Professora Julita Lemgruber, competente socióloga⁵; Marcelo Freixo que após eleito deputado estadual continua fiel a luta, portanto sem compromissos com o Poder, mantendo o corajoso empenho e a

¹ A *Medalha Chico Mendes de Resistência, eloqüente exemplo*, marca a jamais desmobilizada luta contra tortura e demais heranças patológicas da tirania militar

² Foi exonerado (pelo atual Presidente da Seccional do Rio de Janeiro, da direção da Comissão de Direitos Humanos - da OAB-RJ. Embora tal golpe seja recorrente no ativismo em prol da dignidade humana, gerou dado novo: Joao Tancredo e dezenas de integrantes da Comissão (o signatário inclusive) receberam individual e coletivamente (não foi a OAB-RJ enquanto instituição) a Medalha Chico Mendes de Resistência, que entidades representativas da sociedade civil somente conferem aos efetivos combatentes

³ Vale registrar que seu premiado trabalho sobre assassinato de Wladimir Herzog, ajudou a firmar repúdio ao crime hediondo da ditadura militar.

⁴ Através da ONG Repórter Brasil, Comissão Nacional para Erradicação do trabalho escravo (CONATRAE)

⁵ Diretora do Centro de Estudos de Segurança e Cidadania da UERJ, integrante do Conselho do International Center for Prison Studies

tenacidade (o que é raro) na coerente e consistente defesa das pessoas humilhadas e oprimidas (notadamente população periférica, favelas, etc..) denunciando a ineficácia do Estado de Direito para os não incluídos pelo projeto neoliberal.⁶

Este qualificado elenco ainda reúne, enquanto sutil reflexão teórica, o Jornalista Marcelo Salles, com sua contribuição na utilíssima *Caros Amigos*, além de tarefas socialmente úteis, enquanto editor de criativo jornal⁷, de modo efetivo, avança ponteiros de mobilização social (notadamente entre jovens estudantes) politicamente conscientizada; a Professora Maria Helena Moreira Alves, concentrada em Ciência Política e Direitos Humanos, com múltiplos artigos divulgados em revistas internacionais, realizou trabalho crítico sistematizado⁸; O pensador Mário Maestri constrói, a partir de consistente e vertical conhecimento decifrador dos enigmas da opressão no Brasil (raízes e processos) expondo internidades da escravização dos negros⁹ da matança de índios¹⁰, quando desvela as hegelianas tensões entre Senhores e Escravos. Essa dialeticidade é colocada em diagrama teórico mais amplo com outro texto¹¹. Suas abordagens pertinentes (em virtude da originalidade consistente e séria) o aproximam de Caio Prado, Falcon, Ronaldo Vainfas, Ciro Flamarion, na medida em que discute dilemas contemporâneos das cidadanias no Estado brasileiro, desvendando nossa protocena social; Paulo Ramos destemido assumidor das lutas sociais, insistente ativista em campos que o funesto e pentágono Egemon precisa dominar e minar, com sangue e exportação da miséria neoliberal. Em virtude disso Paulo Ramos transita nas fronteiras das dimensões éticas em prol da democracia na América Latina e Grande Caribe¹²

⁶ Podemos considerar marcantes e igualmente valiosos seu magistério e pioneirismo libertário enquanto Presidente do Conselho da Comunidade do Estado do Rio de Janeiro.

⁷ O criativo e crítico jornal *Fazendo Mídia* forma e divulga pensamento oxigenador.

⁸ Devemos citar Oposição no Brasil, 1964-1985 enquanto diferenciada contribuição analítica.

⁹ Os escravos no Rio Grande do Sul, trabalho, resistência, sociedade.

¹⁰ Trata-se da abordagem originalíssima em Os senhores do litoral: conquista portuguesa e genocídio tupinambá no litoral brasileiro

¹¹ Antonio Gramsci: vida e obra de um comunista revolucionário

¹² (exemplos recentes: luta para libertar de 5 heróis cubanos, presos sem processo nos EUA e resgate histórico - crítico (no espaço da Assembléia Legislativa do Rio) do salto emancipatório que no Chile, Salvador Allende ousou.

Vera Malaguti Batista¹³ reabre – em construções marcadamente pessoais - dilemas filosóficos e políticos essenciais, portanto antiqüíssimos e contemporâneos. Com instigante ecletismo (não perde coerência e consistência) das visões críticas, registra em pautas diferenciadas pela saudável oxigenação crítica problemas estruturais dos forjados, principalmente em textos especialmente eficazes no âmbito universitário.¹⁴

Uso argumentos das entrevistas aqui enfeixadas sublinhando algumas pontuações crítica, enquanto notas diferenciadas para cotejá-las com a pobre e linear visão positivista que o Direito brasileiro traduziu: dogmatismo formal. Este medíocre pensar é útil servente súcubo da elite sempre contente. E socialmente representa constantes e crescentes alternativas de lesões enormes. Governantes da elite assumem, com mortal metodologia chamada *enfrentamento policial* que resulta na eliminação física das populações periféricas, dos pobres. Esta é íntima prima-irmã das demais matanças (em outros formatos), como, por exemplo, o horror recente que o capitalismo especulativo esta realizando entre nós na Baía de Sepetiba (dizimando comunidades pesqueiras e com monstruosas hidroelétricas em instalação. Mas o dinheiro estrangeiro, multinacional e neoliberalíssimo viverá do envenenamento dos peixes (por metais pesados no fundo da baía) que, finalmente matará todos. Mas isso, para o lucro, é secundário. Que morram pessoas – especialmente se pobres – para a elite pouco significa. E sempre pouco significou.

A violência mostra mil faces e esconde, qual Rio Nilo, as fontes. A injusta distribuição das riquezas com o desigual ofertar dos acessos ao conhecimento e ao saber, raro aparecem com seu potencial de gestação. O pensamento social quando pensa a criminalidade, a segurança, o direito, não pensa o quadro fatorial determinante do não desenvolvimento, da não- escola, a não-saude, a irreligiosidade, a ausência de alegria, etc..

¹³ Leciona na pós- graduação em Sociologia e Direito, onde é mestre em Historia Social (UFF)

¹⁴ Basta mencionar *O medo na cidade do Rio de Janeiro: dois tempos de uma historia e Dífíceis ganhos fáceis: drogas e juventude pobre no Rio de Janeiro.*

Um ligeiro prefácio para este o texto denso e amplo que Rafael Fontes realizou sobre *Segurança Pública, direitos humanos e violência*, podemos ainda grifar a falsa dicotomia *bandidos-mocinhos* no palco midiático do poder enquanto espetáculo: os “bandidos”, a) *eles lá*, negro-pobres nos morros, favelas e periferias e “mocinhos”, b) *nós aqui da cidade*, confortados pelo poder confortável, habitantes das cidades, medrosas e protegidas), constante trocando tiros e , predominantemente ferindo, humilhando, torturando ou matando pessoas civis e militares. E sempre os não responsáveis pela violência apontada. Tal circuito vicioso registra vitórias dos assassinatos governamentais (os abomináveis autos de resistência legalizam formalmente crimes de policiais.

. Tai registros (autos de resistência) são representam amplo “corpus delicti” dentro do sistemático extermínio de pobres. Por enquanto ferramentas opressoras que, em termos óticos, legitimam-se enquanto vícios de refração da atmosfera nazi-fascistas da *Doutrina de Segurança*. Desnecessário lembrar que a repressão (1964-1985) reativou (e persiste), enquanto Idéia e Prática, medos e tiranias (no sentido de quem tira valores, de liberdade e igualdade, p.ex.) de governos e instituições civis servis. A Mídia ampliou (em 19 e agosto de 2008) voz de militar (representante do autoritarismo repressor) a respeito do torturar durante o período já assinalado os considerados subversivos: “*arrendo-me; devia ter matado todos!*”

Atualmente (em especial, no pensamento penal brasileiro) predomina o que chamam de doutrina de segurança ou teoria da ordem. Tal mentalidade (que este livro desmitifica) vem alimentada e apoiada (daí o sucesso, o palatável na comunicação da força bruta gerando o socialmente palatável “*eliminar suspeitos e bandidos*”) na midiática falsificação dos dilemas Violência/punição. Mentalidade predominante que, além de atual, é velhíssima. A noção introjetada de *Segurança* – tal como ditada pelos Poderes das sucessivas Repressões, ilegítimos (quanto origem, conteúdo e função) jamais se constitui enquanto Valor em si mesmo. Mascara sua violência intrínseca, útil instrumento de dominação excludora. Essa roupagem tirânica: a) esconde dilemas

inerentes ao capitalismo em indispensável e nociva névoa semântica; b) mitifica o debate público (ou nos planos institucionais); c) apaga todos os sinais (qual ladrão noturno anula vestígios dos próprios passos ou econométristas neoliberais escamoteiam)¹⁵

A semiótica de palavras denunciadoras nem sempre aponta a burguesia contente aplaudindo caveiros e heróis exterminadores dos “*Bopes*” das mortes. Cada vez mais urgente atingir a escuridão com clareza¹⁶ E notar nas letras trágicas das palavras Swat e swaps os ícones da Morte¹⁷ ajudantes do entorpecer a consciência ética de alguém. E por falar em “consciência ética”, dissipar névoas semânticas se coloca como tarefa urgente. E, assumir criticamente o quanto esse velhíssimo problema é atualíssimo gravíssimo e avassalador (e mais complexo) nas dialeticidades da vida contemporânea. Seu ocultamento sistemático torna-se mais espesso, posto que não vê a miséria, a pobreza, a carência de acesso aos bens sociais (entre outros, a Educação, Arte, Ciência, Direitos Humanos, enfim). Em outra palavra: desvendar raízes. Grifando que a violência do Estado é tarefa de dominação do capitalismo especulativo centralizado. Uso reflexão de Edmundo Arruda Jr. e Marcus Fabiano Gonçalves (¹⁸): não se trata de apostar numa razão crítica (cartesiana), mas desmitificar a “*roupagem*

¹⁵ contabilisticamente através dos *swaaps* no Banco Central os processos de endividamento externo. Curiosamente as palavrinhas inglesas *Swaaps* e *Swat* apresenta estranha afinidade sonora que, com vogais e consoantes apontam a destinação comum: exterminar. As elites financeiras precisam das swaaps (trocas, barganhas) para, privatisticamente, devorar o que seria o lucro público (o genial Monteiro Lobato desenhou até o neologismo *orçamentívoro* (aquele que come periódica e sistematicamente, fatias do orçamento da” Republica”. Rui Barbosa falaria e uso privado, privança, os dois sentidos de *privada!*

¹⁶ Segundo o verso genial de Manoel de Barros (*Retrato do Artista Quando Coisa*, Editora Record, S.Paulo,1998, p. 21)

¹⁷ denunciam parentelas. Em a) matar negros pobres nas periferias, de preferência mulheres grávidas que muito atrapalham o neoliberal capitalismo. Pois, como já ensinou o governador Sergio Cabral Filho (e a Polícia “tem” que aplicar”), *o ventre delas é “fábrica de marginais”*; em b) matar a gestão da riqueza nacional, a da segunda, matar os pobres. Enfim, *lijas de uma mesma camarilha*, como teria dito , no século XIX, o Professor Aragão. E camarilhas para servir, não ao chamado Estado de Direitos, mas ao Estados Delinquentes. Ajudam a cumprir a funesta tarefa de continuamente lesionar, mutilando a *consciência ética da sociedade* (será que existe?) naturalizando violência que jamais se assume enquanto tal. Ela não diz “*sou a violência através de brutalidades, torturas e mortes!*” ao praticar seus crimes (tão bem aplaudidos pela sociedade de amebas) afetando defender a Ordem prometida pela Segurança. Tanto Ordem quanto Segurança juízos meramente formais, sem explicitação, pois vazios de conteúdos.

¹⁸ Arruda, Edmundo et Marcus Fabiano Gonçalves , *Globalização, Direitos Humanos e Desenvolvimento*, in *Direitos Humanos e Desenvolvimento*, OAB-SC Editora, co-edicao CESUSC , Florianópolis, 2005

filosófica com a qual se apresentam os atores (inclusive acadêmicos e de tradição progressista) no teatro do absurdo neoliberal"¹⁹.

O livro de Rafael Fontes possui o condão de colocar na pauta o que a alienação estimulada pela força midiática, esconde ou não deixa enxergar, ou seja, a etiologia dos problemas sociais. Pessoas cada vez mais temem *bandidos*, suas armas e perigos, aliviadas que ficam não combatem a pobreza, a distribuição desigual do acesso ao conhecimento. Assim alheadas, escrevem (produzem) cotidianamente, *anti-poemas* de civilidade: não religiosidade, não-escola, não-saude, não saneamento, não trabalho, não-arte, não cidadania, jamais o olhar crítico, portanto, não-direitos humanos. E os tantos *nãos* repetidos, circulantes, dominantes, cimentam a barbárie (palavra enfraquecida para expressar a atual hegemonia do capitalismo financeiro especulativo).²⁰

Segundo o "sutil construtivo" do pensamento nazi-fascista postulado por Gilmar Mendes os juízes de primeira instancia não podem interpretar a Constituição. E o povo? Além do Ministro Mendes não entenderá as sutilezas dos enunciados constitucionais? Se tiros tornam-se diferentes ao matar ricos ou pobres (é o que leciona o atual governo Sergio Cabral Filho), a Balística, a Ética, as Ciências Sociais e Políticas, Filosofia ou Artes nada informaram. De fato fica muito difícil compreender agentes governamentais que chegam atirando, ferindo, matando (no Brasil, no Haiti, como nos demais países sob

¹⁹ Edmundo Arruda e Marcus Fabiano (no texto citado e em outros livros encontrados no CESUSC de Florianópolis, desconstroem eristicamente os artificiais esquemas do pensamento filosófico-político.

²⁰ Impraticável listar o amplo repertório da barbarie brasileira contemporânea. Mas podem ser considerados os esplendores *héticos* do Ética Política. Como sugestão de livro que alguém deve escrever vale rápida digressão sobre alguns anti-poemas recentes que anotei: Nelson Jobim (o festejado ministro que foi líder do governo no Supremo Tribunal Federal e chefes militares (próprios ou aderentes), repudiando os ministros Tarso Genro e Vannucchi pela condenação radical da tortura, afirma ser a mesma *coisa do passado* (com Nelson Jobim, Sarney etc..). Entretanto as torturas continuam, presentes nas atitudes e praticas. Seria injusto não citar o atual Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Gilmar Mendes no instante mágico em que prelecionou: *juízes de primeira instancia não possuem sensibilidade para compreender as sutilezas dos conceitos constitucionais*. Dito assim, de modo superior e *supremo ninguém poderá indicar uma Constituição como* documento-paradigma de valores querendo ser introjetados, o desejado e vivenciado pelo povo, mas sim carta cifrada endereçada aos técnicos (juristas?), aos presidentes e ministros dos *arquivos blindados* ou demais representantes da política de enfrentamento matador de pobres, com o filosófico discripe (não são semelhantes os tiros disparados pelos policiais, ferindo ou matando, na cidade e na favela), etc..

hegemonias), e perceber que eles já são (enquanto atiram ferem e matam) anterior e intrinsecamente, o sofrimento, a brutalidade e a morte. Biólogos, Obstetras, Éticos e outros ocupados com nascimentos e vidas, não ensinaram o funesto. Assim, torna-se mais difícil compreender a afirmações triunfais: os ventres de marginais (o atual governador Sergio Cabral Filho chegou a dizer tal coisa?). E quem ofereceu a contestação? Os ventres das mulheres, das mulheres negras e pobres das favelas, são fabricas de possibilidades humanas de belezas, ciências, compartilhções, justiça e alteridades? Enfim, se as amebas comandantes²¹ do Brasil disseram o diferente e poucos se indignaram e protestaram, vale insistir na negação radical do anti-valer: nos ventres grávidos das mulheres, da mulher pobre e negra inclusive, vivendo no abandono da favela, germina uma aurora! Porém há desses matizes, diria Rui Barbosa, a cujos crimes só atinam espíritos afeitos a delicadeza de estudos tais. Caberia sugestão ao Mendes: buscar diferente e melhor hermenêutica, já que é intérprete maior da Constituição: não despreze nosso não aceitar a “sutileza” dos pensadores e praticantes do extermínio de pobres e suspeitos, como agenda de governo.

Teatralizando (como falsa farsa) respostas punitivas receitadas como únicas e necessárias “categorias” formalizadoras de medos (crime organizado, *cuidado com favelados, populações periféricas, carcerárias, meninos de rua, principalmente se negros etc..*) reafirmam o ampliada pela Mídia: enquanto *assaltados, seqüestrados, não podemos nos sentir seguros*, etc. As mais vivas e piedosas se vestem de branco - sabidamente, cor da paz e da ordem do colonizador branco (*a palavra candidato, candido dado, aponta o puro, limpo*), *ou seja, o colonizador branco*. E de branco vestidas abraçam ruas, praças, praias (menos favelas!) protestando contra a criminalidade, a violência, etc.. O que diriam sobre improvável manchete: *Polícia policiando favelas do Rio, invadiu e ocupou a zona sul da cidade?*

²¹ Comandante, vale lembrar , é quem co-manda. E com o Povo, no caso de Presidente da Republica que, segundo a Constituição é o comandante dos comandantes militares. Portanto, não confundir comandante com coma andante!

Toda a encenação termina em abraçar repressão brutal e distancia judicial, o extermínio dos pobres, a asfixia da aventura do pensamento libertário. E mais – segundo clarificação do pensador argentino Óscar Correias, *atualmente lecionando no México – corresponde e alimenta o trágico projeto mutilador de criminalização das rebeldias na América Latina.*

O livro proposto e coordenado pelo jovem jurista Rafael Fortes Segurança Pública, Direitos Humanos e Violência além da inovadora pauta correlacionando Criminalidade/Violência/Direitos Humanos, e trazendo teses instigantes do pensamento transformador, oxigena o enfoque dos dilemas que examina. Enfim, o livro encerra saber crítico fatiado. Cada pedaço, curto ensaio. No exato sentido de *exagium*. *Examina, pesa, mede*, experimenta cada aspecto. Enfim, verificação.

Apresentar livro dessa relevância crítica e validade social motiva e honra quem prefacia. A tarefa de sublinhar quem, melhor que os galináceos axiológicos citados, grifar: o livro assume diferente magistério ao marcar ótica inaugural da *Physis* dos Direitos Humanos, anterior a isonomia do Cristianismo, tal como fixada pelo Poeta, Estadista e Legislador Sólon: *a violência não afeta o Direito, mas o seu contrario, pois a falta de direitos gera a violência.*²² Não podemos (o

²² Esta apresentação utiliza reflexões de Arruda, Edmundo et Marcus Fabiano Gonçalves, *Globalização, Direitos Humanos e Desenvolvimento*, in Direitos Humanos e Desenvolvimento, OAB-SC Editora, co-edição CESUSC, Florianópolis, 2005; 2). A ampliação de suas pautas são instigantemente o objeto dos trabalhos polarizados pelo CESUSC (Complexo de Ensino Superior de Santa Catarina), que Edmundo Arruda Junior, criativo, agregador, pertinente e pertinaz instituiu e coordena). Isso porque o CESUSC detém no Brasil a primazia entre poucas excelentes Escolas críticas de Direito, em ativismo especial, motivando participações valiosas de Alexandre Luiz Ramos, Giancarla Brunetto (Coord. da *Liga dos Direitos Humanos, Universidade Federal do Rio Grande do Sul*), Leila Carioni, Lenio Steck, Marcus Fabiano e outros. Manifesta também o uso das contribuições superiormente decisivas de BAUMAN, Zigmunt Vidas Desperdiçadas, pp 42-44; 4). Cesar, Julio, De Bello Gallico, Horácio, 1, 14, 5 ; 5); No sentido de excluído : Bauman Zygmunt, em Wasted Lives, trad. *Vidas desperdiçadas*, usa o termo no sentido dado por Agambem , Giorgio Homo Sacer. Il potere sovrano e la nuda vita (1995) e trad. Daniel Hellen-Roazen, Homo Sacer: Sovereign Power and Bare Life, Stanford University Press,

livro insiste nessa chave) esquecer os recentes alertas (evito referir a retificação em Marx) de Zigmunt Baumann e Giorgio Agambem sobre outros modos de convívio humano superativos da dicotomia Ordem e Caos e não apostar na linha separando o *dentro* do *fora*. B) a nessa estranha ontologia do mundo humano, que mantém a exclusão, mantendo o excluído fora dos espaços governados pela Lei que ela que mesma circunscreveu.

Este *homo saucer* – que deve ser exterminado pela Polícia sob aplauso da indiferença geral, possui longa conceituação histórica. Foi categoria no antigo direito romano, fora da jurisdição humana trazido para o domínio da lei divina (Giorgio Agambem), pois matá-lo não era sacrilégio e muito menos homicídio. Durante Monarquia brasileira (pelo menos até primeira metade do século dezenove) ele foi conhecido como quebrado (o com limitação física inviabilizando o bom servir ao Senhor). Atualmente, nos presídios brasileiros que pouco conhecem, eles são chamados de *caidinhos*. Caidinhos são os detidos pobres, sem assistência jurídica, etc. Alias os únicos reclamantes de Direitos Humanos! Erram conceitualmente as pessoas quando dizem *direito humano é defender bandidos*. Esquecem que os chamados de bandidos (colarinhos brancos, mensaloides, ou quem sistemicamente rouba dinheiros públicos) não querem saber de Direitos Humanos. Larápios do erário (Monteiro Lobato diria orçamentivoros, pois comem fatias dos orçamentos) desprezam ativistas em Direitos Humanos; preferem *juristas* (de dinheiro a juros), os *direitos* regulando finanças, relações internacionais, etc. Nada de Direitos Humanos – coisas de *Saucer, quebrados e caidinhos* – mas de Direito possibilitando lavagem de dinheiros, transporte para o *branco banco* exterior guardador das grandes somas roubadas da Nação Brasileira. . Mas *valerá post mortem* para eles, neoliberais negadores de Direitos Humanos, lápide de exterminadores de pobres e das rebeldias na America Latina e Caribe, o verso de Emilio de Menezes: *E quando se*

1988, p. 17-28. Talvez seja ocioso indicar o conceito marxista de reificação que permeia nosso texto.

*viu sozinho, da cova na escuridão/ sarrupiou de mansinho/ os
dourados do caixão.*